

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS (PITSS)

RESUMO EXECUTIVO

O Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) é um programa voltado para a indução, articulação e fortalecimento de ações territorializadas que promovam saúde e sustentabilidade nos territórios, considerando a integração de saberes e práticas sobre a determinação socioambiental da saúde e a integralidade aspiracional da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Seus objetivos principais são a geração e o compartilhamento de conhecimentos sobre territórios sustentáveis e saudáveis (TSS), a sistematização, apoio e articulação das experiências institucionais relacionadas ao tema, a indução e o fomento de ações institucionais no campo do TSS, a constituição da rede Fiocruz de TSS, a consolidação de boas práticas que promovam TSS e o apoio à formulação e implementação de políticas públicas que dialogam com o tema.

Coordenado pela Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) e pela Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA2030), com a assessoria do Grupo de Trabalho (GT-PITSS), o PITSS foi instituído pela Presidência da Fiocruz em maio de 2019, através da Portaria nº 5555/2019, após ser submetido e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Instituição. A sua coordenação reflete o caráter amplo e perene do Programa bem como seu alinhamento estratégico com a sustentabilidade, por estar baseado numa estrutura permanente da Fiocruz (VPAAPS) e em sinergia com as agendas da EFA2030.

Seu principal documento de referência – Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis: termo de referência conceitual e metodológico e proposta de governança (2019)¹ – foi construído com base no processo de reflexão coletiva realizado ao longo dos 3 anos que antecederam a institucionalização do PITSS e reúne as bases teórico-conceituais e metodológicas e os princípios e pressupostos orientadores para a posição institucional sobre as iniciativas de indução de territórios sustentáveis e saudáveis e sobre a ação institucional nas atividades coerentes com sua missão nesse campo.

O Programa nasce pautado no processo estratégico “saúde, ambiente e sustentabilidade” do Mapa Estratégico da Fiocruz para 2022 e na Tese 6 do VIII Congresso Interno da Fiocruz, que reconhece a Agenda 2030 como “a mais abrangente referência internacional do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário” e, incorpora, integralmente, duas diretrizes dessa Tese: “fortalecer pesquisas e ações, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais e formação sociotécnica para reduzir as desigualdades sociais em redes cooperativas multidisciplinares, com ênfase na saúde urbana e ambiental de territórios em situação de vulnerabilidade, em termos socioambientais”; e “reforçar o papel da Fiocruz na análise de políticas públicas e ação

¹ Disponível em: <https://redes.agora.fiocruz.br/d/oeO4qP1V>

social, em forte interação com os movimentos sociais, em torno dos temas saúde, educação, trabalho, ambiente e desenvolvimento, considerando as diferenças e desigualdades regionais” (FIOCRUZ, 2018).

Os conceitos centrais que orientam a organização teórico-metodológica do PITSS (território, sustentabilidade e saúde) dialogam com um conjunto teórico-conceitual pressuposto para a construção de TSS², na perspectiva do território enquanto espaço de aprendizagem e categoria central para agir sobre as determinações socioambientais da saúde e produzir efeitos transformadores para a promoção da saúde e da sustentabilidade. Além disso, a democracia e os direitos humanos são incorporados como princípios fundamentais do PITSS.

A abordagem territorial permite conhecer o lugar da produção social da saúde como espaço de construção de identidade e vínculo das populações para promover saúde e sustentabilidade, identificar vulnerabilidades e potencialidades nas diferentes escalas para estabelecer as relações de produção de saúde-doença e para articulação, diálogo e aprendizagem sobre o território, bem como definir critérios para a governança dos territórios, de ordem organizacional e operacional, adequados às suas características socioculturais e sanitárias; analisar a situação de saúde e as condições de vida da população para compreensão da determinação social da saúde para tomada de decisão compartilhada e transformar as práticas sociais sem interferir na territorialização³ que estas populações já realizam, produzindo autonomia individual e coletiva (AKERMAN et al, 2002; FREIRE, 2003; GALLO et al, 2006; GALLO, 2009; SANTOS, 2003; SANTOS, MENESES, 2010; GONDIM E MONKEN, 2018).

Dessa forma, as estratégias de construção de TSS pressupõem identificar, articular, avaliar e interferir na realidade local visando a transformação social a partir do diálogo entre saberes e práticas exercidas sobre os territórios, das experiências dos movimentos sociais e das redes sociais locais, do compartilhamento entre o conhecimento científico, tradicional e popular e de parcerias para a gestão compartilhada de políticas públicas, possibilitando o desenvolvimento do protagonismo social, de novas tecnologias sociais, da democratização do conhecimento, de metodologias participativas, incluindo a ecologia dos saberes e a pesquisa-ação, e a ativação de redes de governança local.

Além disso, a adoção da dimensão territorializada para as ações do PITSS demanda articulações, concertações e pactuações nas diversas redes de poder estabelecidas, incluindo desenhos metodológicos que contemplem a governança no nível territorial e na atuação intersetorial, tanto de agentes e projetos governamentais, da sociedade civil organizada e de políticas públicas. Em relação à perspectiva da defesa e do fortalecimento do SUS, o PITSS

² Fazem parte do conjunto teórico-conceitual pressuposto para a construção de TSS: equidade, universalidade, integralidade, justiça socioambiental, vulnerabilidade, intersectorialidade, participação social, governança, autonomia, controle social, singularidade, seguridade social, proteção social, entre outros.

³ A territorialização é compreendida, no âmbito do PITSS, enquanto um fenômeno social com múltiplos processos de apropriação de um território pelos diversos atores sociais (pessoas, grupos, empresas, governo e instituições), que inclui o ato de estar, fazer, agir, se fixar e construir identidade, vínculos, regras e normas em um território. Este processo encontra e recebe no território um conjunto de elementos semelhantes e diversos que, em interação, vão contribuir (positiva ou negativamente) nas formas de viver saudáveis e sustentáveis (GONDIM e MONKEN, 2018; FERNANDES et al, 2018).

estabelece estreita relação com a diretriz de regionalização da rede de atenção integral à saúde, buscando oferecer uma abordagem atualizada quanto ao planejamento e ação da saúde nos territórios.

O PITSS dialoga com diversas iniciativas e agendas institucionais e potencializa a articulação entre elas, quais sejam: o Programa Translacional de Promoção da Saúde – FioPromoS (VPAAPS), o Centro de Estudos, Políticas e Informação sobre Determinantes Sociais da Saúde – CEPI-DSS (ENSP), a Estação de Territorialização do Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde (EPSJV), o Observatório da Saúde das Populações do Campo, Floresta e Águas – Obteia (Fiocruz Ceará), o Laboratório de Ambiente, Saúde e Sustentabilidade – LabTass (ILMD-Fiocruz Amazônia), Laboratório Territórios em Movimento – LTM (ENSP), o Programa de Promoção de Territórios Urbanos Saudáveis – Ptus (Coordenação da Cooperação Social), o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina – OTSS, o Projeto de Territórios Saudáveis e Sustentáveis do Semiárido Brasileiro – PTSSS (Fiocruz Brasília), o Observatório de Clima e Saúde (ICICT), o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde – CEPEDS (ENSP), Ações de Saúde Urbana do Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica (CFMA), entre outras.

Nesse sentido, o Programa apresenta um conjunto expressivo de possibilidades de atuação, que vai desde a criação de um ambiente de reflexão e debate sobre TSS e de compartilhamento de experiências territorializadas, estabelecimento de princípios e diretrizes que constituam referências a processos promotores de TSS, produção de banco de referências de iniciativas e estratégias de promoção de TSS, que possam ser replicadas em outros territórios, formação de redes em TSS nas diversas escalas, articulação com outras agendas e iniciativas, até a contribuição com o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas nacionais e subnacionais, a partir da abordagem territorial saudável e sustentável em suas dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais.

O PITSS traz, ainda, oportunidades como o estímulo a pesquisas de enfrentamento das perdas da qualidade ambiental e social que produzem processos de vulnerabilização e desigualdades de saúde na escala local; a articulação entre saberes e práticas sobre a determinação socioambiental da saúde; a produção de evidências que facilitem a ilustração e a comunicação das inequidades de saúde nos territórios, bem como a percepção de urgências e prioridades; o fortalecimento de processos emancipatórios com base em formação e processos participativos locais; e a contribuição para uma nova cientificidade, a partir do território enquanto espaço de aprendizagem, definindo uma pedagogia sobre o território vivido (MACHADO et al, 2017; GONDIM E MONKEN, 2018).

Dessa forma, o PITSS se torna um marco na Fiocruz para a temática dos TSS e inaugura uma série de desdobramentos institucionais fortalecidos e referenciados no Programa, como, por exemplo, o Radar de Território Saudável e Sustentável da Fiocruz Brasília e o Projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Centros Urbanos da Coordenação da Cooperação Social, dando início à formação da Rede de TSS da Fiocruz e à consolidação institucional de saberes e práticas sobre territórios sustentáveis e saudáveis.

Referências:

AKERMAN, M.; MENDES, R.; BÓGUS, C.M.; WESTPHAL M.F.; BICHIR, A.; PEDROSO, M.L. *Avaliação em promoção da saúde: foco no “município saudável”*. São Paulo: Rev. Saúde Pública, 36(5): pp.638-46, 2002.

FERNANDES VC; MONKEN M; GONDIN, GM; LUZ, ZMP; LPES AB; CORREA E CASTRO M; CAMPOS FILHO, LIMA ALS; SILVA JPV; AMORIM, AC. *Desnaturalizar as ‘endemias de estimação’: mobilização social em contextos das arboviroses no Brasil*. Editora Springer, 2018.

FIOCRUZ. *Relatório Final – VIII Congresso Interno Fiocruz: Fiocruz e o Futuro do SUS e da Democracia*. Junho, 2018.

FIOCRUZ. *Programa Institucional Territórios Sustentáveis e Saudáveis: termo de referência conceitual e metodológico e proposta de governança*. Julho, 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GALLO, E.; FREITAS, L.E.; REIS, R. Flexibilidade, Responsabilização e Autonomia: o caso da Diretoria de Investimentos e Projetos Estratégicos do Ministério da Saúde (DIPE - MS). In *Saúde em Debate*, v. 30, pp. 58-79, Rio de Janeiro: CEBES, 2006.

GALLO, E. *Gestão Pública e Inovação: Tecnologias de Gestão e a Reinvenção do Cotidiano Organizacional*. Tese de Doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.

GONDIM, G.; MONKEN, M. *O Uso do Território na Atenção Primária à Saúde. Atenção Primária Saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa*. In MENDONÇA M. H. M. et al. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2018.

MACHADO, J. M. H. et al. *Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial*. *Comunicação em Ciências da Saúde*, v. 28, n.2, 2017.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, B.S; MENESES, M.P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.